

## Rubens de Toledo Junior

Professor Adjunto do Departamento e Mestrado de Geografia,  
Universidade Federal da Bahia  
rtoledojr@uol.com.br

---

# O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil<sup>1</sup>

### Resumo

Tratamos aqui das eleições brasileiras após a redemocratização e a conquista do direito a voto a todos os cargos executivos e legislativos e discorremos sobre as contribuições da Geografia para a análise desse comportamento eleitoral. Partidos políticos e candidatos de diferentes perfis possuem lógicas diversas na distribuição de seus votos, que se dão segundo a posição que possuem no espectro ideológico, repercutindo em sua atuação política e estratégia eleitoral. O estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos permitiu a compreensão do papel do lugar na formação de valores e conhecimentos na formação da preferência dos eleitores, sua relação com a territorialidade dos candidatos, e uma interpretação da atual dinâmica eleitoral.

**Palavras-chave:** Territorialidade; comportamento eleitoral; estratégia eleitoral; diferenças socioespaciais.

### Abstract

THE PLACE AND THE ELECTIONS: VOTES IN BRAZIL AND ITS TERRITORIAL EXPRESSION

We treat here about the Brazilian elections after the redemocratization and the voting rights conquest to all executive and legislatives posts and we discuss about the Geography contributions to analyze the electoral behavior. Political parties and candidates from different profiles hold diverse logics on their votes distribution, that occurs accordingly to their ideological spectrum position, echoing on their political action and electoral strategy. The geographical study of the votes socio-spatial differences permitted the understanding of the role of the place in the values formation and knowledge on the formation of the voters

preferences, their relationship with the candidates territoriality, and an interpretation of the actual electoral dynamics.

**Key-words:** Territoriality; electoral behavior; electoral strategy; socio-spatial differences.

Através do estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos, é possível a compreensão do papel do lugar na formação de valores e conhecimentos na formação da preferência eleitoral, sua relação com a territorialidade dos candidatos a cargos do poderes Legislativo e Executivo, bem como das distorções desse processo provocadas pela transferência geográfica de valor do voto.

Como os estudos de geografia eleitoral ainda são incipientes no Brasil, particularmente os conduzidos por geógrafos, para empreendermos nosso estudo dentro desta subdivisão da geografia torna-se necessária a referência à geografia francesa, particularmente através do resgate da obra de Siegfried, pois esta ainda é uma das principais referências da Geografia Brasileira e é nela que encontramos as razões do abandono deste ramo de nossa disciplina.

## 1. A obra de Siegfried e as disputas na geografia

Quando André Siegfried (1913) publica o *Tableau politique de la France de l'ouest sous la V<sup>e</sup> République*, sua obra foi considerada inconsistente e determinista por Vidal de la Blache. Isso acabou tendo como consequência um isolamento da geografia frente aos estudos eleitorais.

Apesar da repercussão negativa entre os geógrafos, cientistas políticos da França e de outros países continuaram ou passaram a utilizar sua obra como referência. Assim, apesar de abandonado pela geografia francesa, Siegfried acaba por ser considerado o pai da ciência política francesa. A cartografia eleitoral era a principal ferramenta utilizada por Siegfried, e também um dos poucos instrumentos de trabalho dos sociólogos até o ano de 1945, quando surgem as pesquisas de opinião. Mas seu uso entra em decadência na década de 1960 (BUSSI; BADORIOTTI, 2004).

Ao contrário do que ocorreu na França, nos países anglo-saxões a pesquisa em geografia eleitoral permaneceu sempre ativa, estando pre-

sente nas obras de Sauer (1918) e Ogburn (1919). Nos anos 1930, o estudo do voto era utilizado pela ecologia urbana da escola de Chicago como um elemento explicativo das diferenciações intraurbanas. Entre os anos 1970 e 1990, ganha importância com a produção de autores como Taylor e Johnston (BUSSI; BADORIOTTI, 2004).

Na França, a geografia eleitoral se renovou devido à influência de autores que trabalharam em países Anglo-Saxões, tais como Gottman e Sanguin. Em meados dos anos 1980, a geografia eleitoral francesa acaba por resgatar o obra de Adré Siegfried (BUSSI; BADORIOTTI, 2004).

É essa geografia eleitoral renovada que influenciou a incipiente produção da geografia eleitoral brasileira, ainda hoje restrita ao trabalho de poucos pesquisadores. A exceção é a produção da cartografia eleitoral e a análise eleitoral feita por cientistas políticos, não por geógrafos.

## **2. Uma geografia eleitoral brasileira**

No âmbito da geografia brasileira, a discussão é levantada por Wanderley Messias da Costa, em seu livro *Geografia Política e Geopolítica*, publicado no ano de 1992, e, uma década depois, Maria Adélia de Souza (SOUZA et al, 2002) coordena uma pesquisa pioneira sobre a expressão territorial do voto no Ceará. Assim, as análises “geográficas” do comportamento eleitoral brasileiro permanecem majoritariamente restritas àquelas conduzidas pela Ciência Política.

O estudo da diferenciação geográfica dos votos é um importante elemento não somente para se conhecer as diferenciações socioespaciais, mas também para o entendimento das diferentes correlações de poder nas diversas partes do país. Uma interpretação geográfica permite, por exemplo, entender as elites locais e suas estratégias de manutenção de poder, o que vai repercutir em suas demandas aos governos estaduais e ao governo federal, ou ainda de como, em determinados momentos, estas mesmas elites podem ter seu poder diminuído.

Espaço do acontecer solidário, o lugar e o território usado, ou o território brasileiro (este abrigo de todos os brasileiros), são dimensões conceituais e teóricas que necessitam ser incorporadas pela análise e dis-

cussão políticas. O lugar, além da posição social do indivíduo, desempenha um papel fundamental na evolução dos dados que informam sobre a realidade social, como o desemprego, a saúde, a educação.

No lugar, *espaço banal* na concepção de Perroux, é onde encontramos as relações de proximidade e de contigüidade. E, para Milton Santos, é o mundo das horizontalidades, onde estão surgindo as principais alternativas à globalização, um conjunto de mudanças culturais que vem fazendo emergir o período popular da história. Do ponto de vista eleitoral, entretanto, historicamente serviu como apoio e local de estratégia de sobrevivência para políticos tradicionais e conservadores.

Podemos, assim, inferir implicações das relações de proximidade nos comportamentos, estratégias e resultados eleitorais. Essa proximidade tem servido para dar continuidade a relações tradicionais de manutenção do poder, ao contrário da explicação ideológica, segundo a qual a proximidade sempre resultaria em melhor acompanhamento dos detentores de mandatos por seus representados, ou de que essa proximidade implicaria em melhoria nos lugares onde estes residem. Nosso entendimento é o de que as relações entre representantes e representados têm uma lógica muito particular, que, com muita freqüência, se manifesta na “transferência geográfica do valor do voto” (SOUZA et al, 2002).

Quando analisamos a escala nacional, vemos que a dimensão do território brasileiro se constitui em um dos ingredientes importantes da sua desigualdade sócio-espacial ou territorial. As análises da ciência política, ao não incorporar a diversidade de configurações territoriais de nosso país, sua grande extensão e a desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional, acabam por se tornar demasiadamente abstratas. Este tipo de análise é consequência de uma falta de habilidade, por conta de sua própria especialização profissional, de lidar com o fenômeno em diversas escalas, tornando-a parcial por não apreender todas as dimensões do comportamento eleitoral.

Partidos políticos e candidatos de diferentes perfis possuem lógicas diversas na distribuição de seus votos, que se dão segundo a posição que possuem no espectro ideológico, o que acaba repercutindo em sua atuação política e nas estratégias eleitorais.

Para o estudo do comportamento eleitoral brasileiro, optou-se pela análise de pesquisas e resultados eleitorais para os cargos executivos

estaduais e federal (governadores e presidente da república) e para o legislativo federal (deputados federais e senadores). O período escolhido foram as últimas duas décadas, que correspondem aproximadamente à duração do atual período democrático da história de nosso país.

Foi analisado como a diversidade territorial brasileira, bem como a desigual incorporação do meio-técnico-científico-informacional no território do país pode implicar em diferentes comportamentos eleitorais, bem como as implicações da mudança na constituição do espaço geográfico, consequência de políticas públicas, nos resultados eleitorais.

### **3. Redemocratização e resultados eleitorais**

As eleições do ano de 2006 representaram um marco significativo para a política brasileira. No período democrático anterior – 1945/1964 – foram realizadas cinco disputas proporcionais para a Câmara dos Deputados e quatro para presidente. Neste ano, vivenciamos a consolidação de um processo de redemocratização, iniciado nos anos 1980, e conseguimos alcançar cinco eleições para presidente, com todos os candidatos eleitos assumindo o cargo, sem nenhuma contestação formal dos resultados por parte dos derrotados. Assim, ainda que a democracia não possa ser vista exclusivamente como um conjunto estático de procedimentos sem conteúdos substantivos, é inegável que no Brasil os atores políticos que disputam estão admitindo cada vez mais os resultados produzidos pela participação em eleições, onde a competição é institucionalmente organizada, com regras de alternância de poder que permitem somente a utilização de métodos democráticos.

Como se sabe, o poder legislativo no Brasil recebe o nome de Congresso Nacional, adotando uma forma de sistema bicameral, composto por uma Câmara de Deputados e um Senado Federal. A Câmara dos Deputados é composta por políticos eleitos por um sistema proporcional, em cada um dos Estados e no Distrito Federal, a cada quatro anos. Apesar da importância de cada distrito legislativo poder ser definida pela quantidade proporcional de habitantes, a legislação estabelece um número mínimo de 8 e um máximo de 70 representantes em cada distrito eleitoral, o

que tem gerado um sistema que sobrerepresenta os estados menos povoados das regiões Norte e Nordeste, e subrepresenta os mais desenvolvidos e povoados, como São Paulo, o mais prejudicado.

Como a ordem dos candidatos credenciados para participar das eleições para a Câmara dos Deputados não é previamente definida pelo partido, o eleitor pode escolher entre votar em um candidato ou um partido. No final do processo, são selecionados os partidos que alcançam o coeficiente eleitoral. Neste sistema, as coalizões são contadas como partidos, para efeito de divisão dos cargos.

Um dos efeitos do sistema de listas abertas é o incentivo para que os políticos atuem no sentido de valorizar suas características próprias, particularmente a discussão sobre sua atuação a nível local, em seus redutos eleitorais. Como são eleitos os candidatos mais votados do mesmo partido, o resultado são estratégias de campanhas políticas que privilegiam os atributos individuais, contribuindo para diminuir a identidade entre eleitores e partidos. Outros fatores institucionais, como a possibilidade de alianças eleitorais, estimulam a alguns pequenos partidos coligados a dispensarem tanto a sigla como a ideologia.

#### **4. Eleições brasileiras: alternância política e continuísmo territorial**

Em 2002, o cientista político César Romero Jacob, através da cartografia dos resultados eleitorais, identificou o que poderia ser chamado de uma *geografia eleitoral de direita*, e uma *geografia eleitoral de esquerda* no Brasil. Esta conclusão foi obtida através da comparação dos mapas temáticos com os resultados das eleições presidenciais no período de 1989 a 1998. Naquele momento foram identificadas duas classes de votos no território brasileiro:

- A *classe 1*, formada por 187 microrregiões e 63,2% dos votos válidos do Brasil em 1998, e que compreende os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a parte central de Minas Gerais e a Região Sul, com exceção da metade-norte do Paraná, somados com Brasília e algumas capitais estaduais das Regiões Norte e Nordeste. Nesta classe constatou-se uma maior competição entre os candidatos, não somente para os progressistas, como

Lula, Brizola, Covas e Ciro, mas também para conservadores, como Maluf e Enéas. Esta classe expressaria então um sistema político pluralista (ROMERO JACOB et al, 2002).

- A *classe 2*, formada por 370 microrregiões e apenas 36,8% dos votos válidos em 1998, cobrindo o restante do País, ou seja, a maior parte de seu território. Nesta classe, os eleitores deram ampla vantagem, em todas as eleições, aos candidatos conservadores até então vitoriosos – Collor, em 1989, FHC, em 1994 e 1998 –, fazendo com que esta classe expressasse um sistema político oligárquico (ROMERO JACOB et al, 2002).

Em 1989, aconteceu a primeira eleição presidencial direta depois do início da redemocratização brasileira, logo após a aprovação da Constituição de 1988, o marco político institucional básico daquele momento em diante. Fernando Collor de Mello, o representante do desconhecido PRN, disputou com os tradicionais líderes que estavam distribuídos em 21 partidos, num contexto econômico de hiperinflação. O candidato centrou sua campanha na valorização de seus atributos pessoais, através dos meios de comunicação, nos quais emergia com as qualidades de moralizador da nação e combatente contra a corrupção. Esta estratégia tentava superar, através das imagens televisivas, a ausência de apoio partidário. O partido pelo qual concorria havia sido criado exclusivamente para abrigar sua candidatura à presidência, e sua influência se reduzia a Alagoas, estado que governava, e que não dispunha de significativo peso eleitoral.

No campo oposto se encontrava Luís Inácio Lula da Silva, do PT, na coligação denominada Frente Brasil Popular, que reunia ainda mais dois partidos de esquerda, o PSB e o PC do B. A Frente obteve 16% dos votos válidos no primeiro turno, proporção expressiva para uma coligação que desenvolveu uma campanha fundada num discurso que possuía elementos anti-sistema. No segundo turno, o líder do PDT, Leonel Brizola, declarou seu apoio à Frente, e assim conseguiu a transferência quase absoluta de seus votos para a candidatura de Lula. O acordo com o PSDB foi mais difícil: a uma semana da votação, não haviam concluído o debate sobre o assunto. Com 85% de comparecimento dos eleitores, Fernando Collor foi eleito, auxiliado pelos demais candidatos da direita, na campanha brasileira mais ideologicamente polarizada, derrotando seu adversário com 53% dos votos válidos no segundo turno.

Os resultados desta eleição presidencial apontavam para uma inovação no sistema partidário brasileiro, pois os maiores partidos do Congresso Nacional – o PMDB e o PFL – conseguiram alcançar somente 5,6% dos votos, enquanto que Fernando Collor, pertencente a um grupo que nem sequer existia a um ano antes da disputa presidencial, conseguiu vencer, com mais de 53% dos votos válidos. A votação do candidato vencedor concentrou-se no nordeste do Pará, na área central do Maranhão, no Tocantins, em Goiás, na metade oeste de Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul, no norte do Paraná, e ainda no agreste de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe.

Em 1994, as eleições para presidente e deputados passaram a coincidir, sendo a partir de agora realizadas no mesmo momento. Ao contrário do pacto eleitoral anterior, quando a esquerda se manteve unida no segundo turno, o PT não conseguiu compor um acordo prévio para as eleições presidenciais com o PDT, o segundo maior partido da esquerda, que concorreu isolado. O PSDB não conseguiu fazer uma coalizão com todos os partidos com os quais se articulava, competindo aliado com dois da direita, o PTB e o PFL. O PMDB, outro dos classificados como centro, apoiou a candidatura de Orestes Quéricia, e o partido de extrema direita PRONA apresentou um candidato, Enéas Carneiro.

Os dirigentes do PT acreditavam que seus adversários se organizariam com um único candidato, o que facilitaria o tom polarizado da campanha entre progressistas e conservadores. Assim, se prepararam para enfrentar a disputa presidencial com todo o campo da esquerda aglutinado em torno de Lula. Entretanto, o quadro político se fragmentou e desmontou o cenário de polarização. Igualmente, o PT não conseguiu incorporar o PDT, o que o obrigou a comparecer na disputa com grupos de reduzida penetração eleitoral: o PSB, o PC do B, o PPS, o PV e o PSTU. Apesar de Lula se manter na primeira colocação nas pesquisas até junho de 1994, foi surpreendido pelo Plano Real, que impulsionou o PSDB, com a votação de Fernando Henrique Cardoso nas áreas em que Fernando Collor havia sido bem votado, além de uma votação muito expressiva nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.



Em 1998, a associação eleitoral de centro-direita, encabeçada pelo PSDB, foi alargada com a inclusão do PPB, numa eleição presidencial disputada por 12 candidatos. Apesar da fragmentação da competição, o número de partidos efetivos era reduzido. Mesmo assim, neste ambiente polarizado, onde o PT apostou no capital político de Leonel Brizola, líder do PDT, a coalizão de esquerda fracassou. O PPS, aliado do PT, lançou o candidato Ciro Gomes, que recebeu 11% dos votos. O PSDB (mais PFL/PPB/PTB/PSD), ainda aproveitando os efeitos da estabilidade econômica produzidos pelo Plano Real, triunfou no primeiro turno, com 53% dos votos válidos. Fernando Henrique Cardoso foi reeleito como presidente, impondo uma derrota a mais à coligação encabeçada pelo PT (PDT/PSB/PC do B). O candidato vencedor manteve uma votação expressiva nas parcelas do território brasileiro em que já havia sido bem votado em 1994, tendo porém seus votos reduzidos em Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Assim como foi observado para os candidatos vitoriosos, percebe-se na geografia eleitoral do segundo colocado, nessas três eleições, a existência de áreas onde Lula tem obtido sistematicamente boas votações. Com tais características, apresentam-se grande parte das capitais estaduais, sobretudo aquelas mais próximas do litoral, de Belém, no Pará, a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, destacam-se áreas industriais, como o Vale do Aço, em Minas Gerais, o complexo siderúrgico de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e o ABCD, na região metropolitana de São Paulo. Sobressai ainda, pelas votações sistemáticas para Lula, vasto espaço no sul do Brasil, que compreende o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (ROMERO JACOB et al, 2000, p.107).

Mas, contrariamente ao fracasso nas eleições presidenciais de 1998, as forças da esquerda obtiveram uma significativa expansão na votação para a Câmara dos Deputados, com 42% a mais de votos. O centro, apesar de dominar a disputa para presidente, acrescentou pouco apoio para seus deputados, agregando somente 6% a mais de votos, valor bastante modesto quando se compara com os da direita, que aumentou sua votação em quase 60%.

**Tabela 1**

RESULTADOS ELEITORAIS E CADEIRAS CONQUISTADAS PELOS BLOCOS IDEOLÓGICOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - 1982/2002 (%)

Ano	Direita		Centro		Esquerda	
	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras
1982	47,6	51,8	43,0	41,8	9,3	6,5
1986	31,3	35,5	51,0	54,6	15,7	9,6
1990	38,7	45,0	34,3	33,1	24,0	19,9
1994	29,5	34,2	44,6	42,5	24,4	21,6
1998	36,1	39,0	35,5	38,0	25,7	22,1
2002	28,5	33,1	32,6	33,9	35,8	32,3

Fonte: TELLES (2003) A soma dos votos válidos não totaliza 100% a cada ano, porque estão excluídos partidos indefinidos<sup>2</sup>.

Nas eleições de 2002, o PT alcançou a presidência, através de uma coligação com partidos situados à esquerda – PCB/PC do B – mas incorporou pela primeira vez partidos classificados como de centro, como o PL, que apresentou como candidato a vice presidente o empresário José de Alencar. O outro tradicional aliado – o PSB – se dedicou à candidatura de Anthony Garotinho, membro originariamente do PDT, com o qual rompeu, e também governador do estado do Rio de Janeiro. Ciro Gomes manteve sua candidatura pelo PPS, agregando, à esquerda, o PDT, e, à direita, o PTB. Nesta eleição, o PFL rompeu sua aliança com o PSDB, que disputou aliado ao PMDB, de centro. No segundo turno, a disputa ficou polarizada entre o candidato do PT e José Serra, antigo ministro da saúde no governo FHC.

Em 2006, apesar dos altos níveis de aprovação ao governo, as eleições presidenciais foram decididas no segundo turno, quando aconteceu uma forte mudança nas intenções de voto. Lula recuperou sua popularidade, sobretudo nas partes mais modernas do Brasil, enquanto isso, seu adversário do PSDB sofreu perda de votos, amargando índices menores que os obtidos no primeiro turno. Contrariando as expectativas de analistas, que julgavam que o candidato-presidente não encontraria respaldo nos setores médios da população, Lula venceu na maioria das unidades da federação, nas mais variadas faixas de idade, de renda e de escolaridade. Assim, não foi demonstrada a hipótese segundo a qual o apoio ao presidente seria exclusivamente derivado das regiões mais subdesenvol-

vidas do país, pois sua votação superou esta barreira, apesar de Lula ser o candidato amplamente preferido pelas camadas mais pobres.

No caso das eleições para a Câmara dos Deputados, em 2006, manteve-se a tendência de crescimento da bancada de esquerda, inclusive com o PT elegendando um grande número de deputados.

## 5. Considerações Finais

Observando-se os resultados das eleições presidenciais dos anos de 2002 e 2006, podemos verificar que a vitória de Lula nestas eleições foi consequência da consolidação da preferência eleitoral por sua candidatura na área que era denominada de classe 1, bem como de seu avanço sobre tradicionais redutos da direita, que formavam a classe 2. Podemos então concluir que a possibilidade de chegada ao poder de um candidato progressista em 2002, feito repetido em 2006, foi decorrente do aumento da preferência eleitoral por esta candidatura em parcelas do território até então caracterizadas por expressarem o voto conservador. Entretanto, ao contrário do que foi dito por analistas políticos através da imprensa, entre o primeiro e segundo turnos das eleições de 2006, o Brasil foi sim dividido em duas classes de votos, mas manteve-se a lógica de distribuição dos votos observada nas eleições anteriores, com o candidato vencedor obtendo uma votação expressiva nas parcelas do território onde tradicionalmente o voto é progressista.

Ao contrário das idéias presentes tanto no senso comum, como no discurso de alguns “analistas” políticos, o voto, no Brasil, não é muito volúvel e possui uma *âncora* territorial, uma estabilidade que se mantém eleição após eleição. Este comportamento eleitoral nos conduz a levantar algumas questões a serem pensadas pela geografia eleitoral que, entre outras, citamos: O voto, no Brasil, pode ser considerado como uma forma de expressão de identidades territoriais? Como as políticas públicas, e suas implicações socioespaciais, podem influenciar os resultados das eleições? Como o espaço geográfico pode influir no comportamento eleitoral?

## Notas

<sup>1</sup> Artigo elaborado com a colaboração de Helcimara de Souza Telles, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Ao realizar esta distribuição dos partidos dos parlamentares no espectro ideológico, Helcimara de Souza Telles levou em conta estudos realizados sobre a percepção do eleitorado, assumindo algumas de suas classificações. A distribuição dos partidos pelo critério ideológico ficou assim definida: Esquerda: PT-PDT-PSB-PC do B-PPS/PCB-PV-PSTU; Centro: PMDB-PSDB-PP-PL-PTR-PST; Direita: PDS-PFL/PPR-PPB-PRN-PRONA-PDC-PSD; Indefinidos: Todos os demais partidos.

## Referências

BOSQUE SENDRA, Joaquim. Geografía Eleitoral, Geografía política y Elecciones em Espana. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, nº 2, 1982.

BUSSI, Michel ; BADARIOTTI, Dominique. **Pour une Nouvelle Géographie du Politique**. Paris:Anthropos, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo:Edusp/Hucitec, 1992.

FOUCHER, Michel. **Front set Frontières. Un tour du monde géopolitique**. Paris:Fayard, 1988.

LEVY Jacques (org.). **Géographies du politique**. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1991.

NOHLEN, Dieter. **Sistemas electorales y partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo:Ática, 1993.

ROMERO JACOB et al. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.102-151, jul/dez. 2000.

ROMERO JACOB et al. As eleições municipais e sua influência nas disputas presidenciais. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, pg.135 a 181, jul/dez. 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência Universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIEGFRIED, André. **Tableau Politique de la France de l'Ouest**. Paris: Librairie Armand Colin, 1913. Paris: Imprimerie Nationale Editions, 1995.

SOUZA, Maria Adélia et al. **Território, Lugar e Poder: A expressão territorial do voto no Ceará**. Sobral/Campinas: Edições UVA/Territorial, 2002.

TAYLOR, Peter J.; FLINT, Colin. **Geografía Política: Economía-Mundo, Estado-Nación y Localidad**. Madrid: Trama Editorial, 2002.

TELLES, Helcimara de Souza. **Os partidos e a competição política: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998)**. 2003. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TELLES, Helcimara de Souza. El desempeño de los partidos políticos en las elecciones para la Câmara de Diputados en Brasil. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 45 (abril), 2007.

